POLÍTICA CURRICULAR E PRÁTICAS ESCOLARES EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Luís Namua Utinco [1], Andreia Cardoso Silveira [2], Claudilene Maria Silva [3]

RESUMO

O projeto de pesquisa objetivou identificar e analisar mudanças e permanências na política curricular e nas práticas escolares para educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no período entre 2013 e 2018. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, cujo procedimento metodológico foi o estudo bibliográfico que visou mapear na produção acadêmica recente sobre política curricular e práticas escolares a respeito da temática educação para as relações étnico- raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Para tanto, realizou-se o estudo da produção teórica apresentada nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período proposto, no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais. Através das análises dos trabalhos levantados, observou- se que embora haja avanços nos estudos/pesquisas sobre a Educação para as relações étnico-raciais, inclusive no fortalecimento da política curricular, muitas ações ainda são necessárias no processo de construção de práticas educativas de enfrentamento do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

Palavras-chave:

Política Curricular. Práticas Escolares. História e Cultura Afro-Brasileira.

[1] UNILAB, UNILAB, Discente, e-mail: luisnantas2@gmail.com
[2] UNILAB, UNILAB, Docente, e-mail: andreiacs@unilab.edu.br
[3] UNILAB, UNILAB, Docente, e-mail: claudilenems@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A construção da política curricular de educação para as relações étnico-raciais no Brasil tem colocado em evidencia que o debate acerca da diversidade humana e cultural conduz necessariamente ao enfoque e à adoção de conceitos que não são consensuais entre os autores das várias áreas do conhecimento. Notadamente, as noções de identidade, igualdade, diferença e diversidade, entre outras, têm perturbado a estabilidade de realidades sociais construídas e fundamentadas na homogeneidade, mais precisamente na homogeneidade eurocêntrica, ocidental, que se pretendia universal. Como bem lembra Boaventura de Souza Santos (2011, p. 01), "o mundo diversificou-se, e a diversidade instalou-se no interior de cada país. A compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo".

Vivemos em uma época de incertezas e mudanças. Mudanças tão profundas que, para alguns, se configuram como uma mudança de época (CANDAU, 2008). O que era universal, hoje, pode ser entendido como uma experiência local, particular. O enfoque da igualdade de todos os seres humanos, tão caro para a modernidade, hoje sofre um deslocamento quando enfatizamos a diferença. E a tensão entre igualdade e diferença, entre universal e particular é foco de discussão nesse processo, em diferentes contextos e nas mais diversas áreas do conhecimento.

Contudo, na realidade brasileira as políticas focais não se destinam apenas às populações específicas que tencionam beneficiar diretamente. No campo da educação, as proposições visam, em última instância, educar as pessoas, enfatizando crianças e jovens, para o convívio com a diferença e o respeito à história e à cultura dos diversos povos que formaram o Brasil. Sejam elas direcionadas para as relações de raça, de etnia, de gênero, de sexualidade, de geração, de inclusão ou qualquer outra subjetividade humana, destinam-se ao benefício de toda a população brasileira (SILVA; GUIMARÃES, 2015). O que se busca é repensar as bases das relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas sobre as quais se assenta a política educacional brasileira.

No caso da política de educação para as relações étnico-raciais, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena tem mediado esse processo em construção. Sua institucionalização é uma política pública educacional de afirmação da população negra, que compõe o conjunto das políticas de promoção da igualdade racial no campo da educação. A implementação dessa política educacional é um exercício em busca de uma educação de qualidade e em busca de uma sociedade mais democrática.

Estudos recentes (SILVA, 2016) apontam que o processo de construção e vivência das práticas escolares orientadas pela política educacional acontece num contexto de disputa curricular política e social, que se dá em dois níveis: no espaço da escola, entre os membros da comunidade escolar e na relação da escola com as secretarias de educação, fator que explica porque a perspectiva epistêmica do trabalho nem sempre apresenta distanciamentos significativos das práticas eurocêntricas que produziram a subalternização da população negra no Brasil.

Diante da realidade descrita, é relevante investigar os avanços e limites da política curricular e das práticas escolares que se preocupam com a institucionalização da educação para as relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, considerando o contexto político brasileiro dos últimos anos, no qual a conquista de direitos políticos e sociais da população brasileira tem retrocedido continuamente.

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa buscou identificar e analisar mudanças e permanências na política curricular e nas práticas escolares para educação para as Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana no período entre 2013 e 2018.

Tratou-se de uma pesquisa exploratória, cujo procedimento metodológico foi o estudo bibliográfico. Através do estudo bibliográfico buscamos mapear na produção acadêmica recente sobre política curricular e práticas escolares a respeito da temática educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-

brasileira e africana. Para tanto, realizamos o estudo da produção teórica apresentada nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período proposto, no GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais.
Para a realização da pesquisa, procuramos os trabalhos no próprio site da ANPEd e fizemos o levantamento pelos títulos dos textos que atendiam o propósito da pesquisa. Em seguida, realizamos a leitura dos resumos dos trabalhos para que pudéssemos saber quais tratavam de política e quais tratavam da prática escolar. E, por fim, realizamos o tratamento e interpretação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudo das Categorias: Políticas Curriculares e Práticas Escolares

As práticas pedagógicas segundo Souza (2009) são aquelas que conformam uma práxis ou ainda uma ação coletiva e institucional composta pelas seguintes dimensões, que estão interligadas: docente, discente, gestora e epistemológica. Nesta mesma linha de pensamento, Silva (2013) afirma que essas práticas são ações que para além de serem cotidianas, devem ser contínuas e, sobretudo intencionais,
Por sua vez, compreendemos que as políticas curriculares são segundo Oliveira (2003), não apenas a forma de organização de conteúdos que orientam os currículos, ou seja, as propostas curriculares. Mas, também a vivência desses conteúdos no cotidiano escolar. Para a autora, a política curricular se concretiza nas práticas vivenciadas nas escolas.
Quando olhamos as políticas curriculares relacionadas às relações étnico-raciais no espaço escolar, percebemos que a problemática étnico-racial no Brasil sempre constituiu uma preocupação para a população negra. Assim, conforme apontam vários estudos, os Movimentos Negros no Brasil desde cedo se viram obrigados a lutar pela inclusão da população negra nas escolas em todos os níveis (SILVA, 2016, GOMES, 2009, GONÇALVES E SILVA, 2013).
Conforme Nilma Gomes (1997, apud SILVA, 2016), para além das reivindicações e problematizações teóricas e ênfase específicas, o movimento negro trouxe um pensar sobre a educação construída a partir de ponto de vista do povo negro. Pois esta contribuição teria sido de grande importância na opinião desta autora, visto que, é justamente a partir das reivindicações de acesso a população negra à instituição escolar e de inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares que os movimentos negros passaram a problematizar a existência de valores e práticas discriminatórias dentro da escola (SILVA, 2013 p. 103).
Pode-se dizer que, o inicio de século XXI foi um período de conquista dos movimentos negros brasileiros no âmbito da educação, na medida em que foi promulgada a Lei nº. 10.639/2003 que posteriormente alterou a Lei nº 9.394/1996 de LDB e introduziu o Art. 26º que determina a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a inclusão do seu currículo nas escolas.

A Produção do GT 21 da ANPED sobre Política Curricular e Práticas Escolares (2013-2018).

No ano de 2013 encontramos o total de oito trabalhos, sendo que três dissertaram sobre a política curricular e, cinco trataram de práticas escolares. Dentre eles, foi possível distinguir: três artigos, uma dissertação, uma tese de doutorado. Três trabalhos não especificaram o tipo de trabalho acadêmico realizado. A maioria (neste caso 6) desses trabalhos foi realizada na região Sudeste, um dos trabalhos encontrados foi localizado no Sul do país e outro no Nordeste.
Os trabalhos sobre política curricular trataram basicamente de duas temáticas: as diretrizes para a educação quilombola e as diretrizes para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Já os trabalhos relacionados às práticas escolares enfatizaram processos de identificação étnico-racial e resistência negra, especialmente na educação infantil e na Educação de Jovens e Adultos – EJA.
Um ponto em comum dentre os trabalhos que falaram sobre ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, fica explicita a ideia de que, este ensino ainda precisa ser didatizado e assumido como válido o

ponto de vista da população negra, diante de sua própria história. Os trabalhos apontam vários desafios na implementação da Lei 10.639/03.

Os trabalhos que se debruçaram sobre a educação quilombola, ao olhar para a política curricular, chamam a atenção para alguns fatos: um trabalho frisou que para além da falta de medidas e políticas públicas capazes de sustentar esta modalidade, é possível dizer que ela traz a desagregação das relações; outro trabalho afirma que esta categoria ainda é muito recente e, que precisa de atores para elaboração de políticas públicas.

Já na categoria de práticas escolares, dois trabalhos destacaram: que é preciso eliminar as diversas formas de discriminação dirigidas ao grupo negro; a importância da inclusão das questões étnico-raciais de forma intencional e, sobretudo, contínua nas práticas escolares; e, que as políticas públicas precisam ser fortalecidas, no sentido de assegurar esse processo.

Para o ano de 2015 encontramos o total de oito trabalhos, sendo que seis dissertaram sobre política curricular e dois trataram de práticas escolares. Dentre eles, três dos trabalhos resultaram de pesquisas de mestrado. Os demais trabalhos não especificaram o tipo de trabalho acadêmico realizado. A maioria dos trabalhos está novamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul do país – quatro trabalhos estão vinculados a instituições do Sudeste e três a instituições do Sul do país – apenas um dos trabalhos está localizado no Nordeste.

Os trabalhos sobre política curricular trataram basicamente: os entraves na implementação da Lei 10.639/03; o debate sobre ações afirmativas; a formação e a percepção de professores sobre relações étnico-raciais. Já os trabalhos relacionados às práticas escolares abordaram: a construção de concepções étnico-raciais africanas em sala de aula; e também sobre a implementação da Lei Nº 10.639/2003.

Nos trabalhos sobre políticas curriculares, em sua maioria, a ideia que está explícita é a de que a escola precisa de fato repensar as teorias e metodologias para que estas possam fundamentar e direcionar as práticas educacionais. Foi concluído também que, as questões raciais ainda estão na periferia dos currículos.

Nos dois trabalhos encontrados na categoria de práticas escolares, ganha destaque a ideia de que, algumas instituições apenas caminham a favor de uma educação para as relações étnico-raciais e, que a maioria dessas instituições permanece adotando um sistema que tem legitimado o conhecimento de um grupo específico, em detrimento dos diversos outros conhecimentos dos demais grupos.

Por sua vez, na Reunião do GT 21 do ano de 2017 encontramos sete trabalhos que versavam sobre temas de nosso interesse. Quatro deles dissertaram sobre a política curricular e, três trataram de práticas escolares. Dentre eles, um resulta de uma dissertação de mestrado e outro de uma tese de doutorado. Os demais trabalhos não informam o tipo de pesquisa realizada. A região sudeste possui a maior parte dos trabalhos analisados – três trabalhos. Os demais estão vinculados a instituições localizadas em: uma na Região Sul, uma na Região Norte e uma na Região Nordeste do país.

Os trabalhos sobre política curricular enfatizaram: os discursos sobre diversidade étnico-racial na gestão de programas; a formação de professores da educação infantil; e, a educação escolar quilombola. Já os trabalhos relacionados às práticas escolares abordaram: as práticas de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em escolas; e, ações afirmativas na educação básica.

Os trabalhos que olharam para a educação infantil, na perspectiva da política curricular, afirmam que o debate sobre a diversidade étnico-racial e promoção da igualdade racial, hoje não são mais silenciados, mas sim inseridos enquanto elementos que permeiam o dia a dia da educação infantil.

Analisando os trabalhos que discutem as práticas escolares, pode-se afirmar que, os dois trabalhos encontrados apresentam ideias que se complementam, uma vez que afirmam que apesar de história dos negros e indígenas ter sido apresentado no currículo, estão em menor escala em comparação com a dos brancos.

O trabalho que discute a implementação de políticas afirmativas na educação básica aponta esta possibilidade como uma forma de enfrentamento do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

CONCLUSÕES

Ao analisamos o conjunto dos trabalhos levantados alguns aspectos chamam a atenção: 1. Os trabalhos focalizam mais a política curricular do que as práticas escolares; 2. A percepção da ação afirmativa em sua relação com a política curricular, sobre relações étnico-raciais; 3. A preocupação com a formação docente que aparece de forma significativa; 4. A ideia de que é preciso buscar inspiração em processos educativos já vivenciados pela população negra, para consolidar uma política curricular que der conta de forma das especificidades dessa população; 5. Uma preocupação com a consolidação de uma política curricular especifica para populações quilombolas; 6. A importância de discutir a educação étnico-racial de forma adequada as diferentes modalidades de ensino – a exemplo da educação infantil e da EJA - uma vez que elas possuem especificidades e objetivos diferenciados.

Para, além disso, os trabalhos analisados apontaram que embora tenhamos avançado nos estudos/pesquisas sobre a Educação para as relações étnico-raciais, inclusive no fortalecimento da política curricular, muitas ações ainda são necessárias no processo de construção de práticas educativas de enfrentamento do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

Dessa forma, para finalizar, esperamos que outras pesquisas sejam realizadas nesse campo de estudo, de forma que possam auxiliar nos debates e nas buscas de alternativas que colaborem com o processo de institucionalização da educação para as relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Profa. Claudilene Silva e a minha coorientadora Andréia Silveira, pelo incentivo, apoio e confiança. Agradeço também a minha colega Rafaela Bacelar, pelos saberes compartilhados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todos aqueles/as que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo.

Agradeço ao PIBIC-UNILAB pela oportunidade e a FAPESB pela concessão da bolsa que possibilitou a pesquisa.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, nº 37, p. 45-56, jan./abr., 2008.

GOMES, Nilma Lino. Limites e Possibilidades da Implementação da Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Públicas em Educação. In: Paula, M. & Heringer, R. (Orgs.). **Caminhos Convergentes**: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p.39-74.

_____. A Contribuição dos Negros para o Pensamento Educacional Brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Org.). **O pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do movimento negro. São Carlos, SP: Ed. da UFSCar, 1997.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Lei no 10.639/2003 – 10 ANOS. **Revista**

Interfaces de Saberes, Caruaru, v. 1, no 13, p. 1–13, 2013.

OLIVEIRA, Inés Barbosa de. Currículo Praticado: regulação e emancipação no cotidiano escolar. In: **GT 12 26ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Carta às Esquerdas**. 24/08/2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5169 Acesso em: 23 set. 2012.

SILVA, Claudilene. **Práticas Pedagógicas de Valorização da Identidade da Memória e da Cultura Negra:** a volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

_____. **Professoras Negras:** identidades e práticas de enfrentamento do racismo noespaço escolar. Recife: Ed. Universitária da UFPE (Coleção Étnico-Racial), 2013.

_____; GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant'Anna. Políticas públicas e relações étnico-raciais no Brasil: a luta da população negra por reconhecimento e educação. **Anais do Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)**, GT-32 Educación básica y políticas antiexclusión, San Jose, Costa Rica 2015.

SOUZA, João Franciso. Prática Pedagógica e Formação de Professores. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Maria Eliete (Orgs.). **Formação de Professores e Prática Pedagógica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.